



PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS

Caderno de Questões

DIREITO E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Data: 30/11/2025 – Horário: 08h30 às 10h30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

Número de questões: 30 (Trinta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e um Cartão Resposta para transcrever as respostas da prova. Identifique-se imediatamente, escrevendo seu nome e número do CPF.
3. O Cartão Resposta referido no item anterior não será substituído em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento, sendo de sua exclusiva responsabilidade qualquer prejuízo que lhe possa advir de problemas decorrentes da indevida realização dessas duas atividades.
4. Na correção do Cartão Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível.
5. O tempo previsto para aplicação das provas será de 2 (duas) horas, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
6. Não será permitido ao estudante retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Questões, exceto se restando 1 (uma) hora para o encerramento da prova.
7. Após o início da Prova, o estudante só poderá sair da sala de aplicação da Prova, decorridos 30 minutos do seu início.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os estudantes ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *palmtop*, *notebook*, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo *databank*, gravador, *pager*, etc.), livros, anotações, etc.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
 - *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
 - *Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
 - *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
 - *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
10. O gabarito será divulgado no sítio do CIEE/MG no dia 01/12/2025 e a classificação preliminar divulgado no dia 08/12/2025 nos sites do TJMMG, www.tjmmg.jus.br, e do CIEE/MG, www.cieemg.org.br, e no Diário da Justiça Militar eletrônico – DJMe.
11. Os recursos referentes às questões aplicadas nas provas e respectivas respostas corretas publicadas em gabarito provisório, só serão aceitos, no dia 11/12/2025 a partir das 8h até as 17h. O resultado do recurso sairá junto da data da classificação final.
12. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
13. Somente será considerado aprovado o estudante que obtiver no mínimo 50% (cinquenta por cento) de pontos no total das provas objetivas, desde que não obtenha nota zero em nenhuma das provas.
14. Serão elaboradas listas de classificação, por curso, em ordem decrescente de pontos obtidos, bem como lista individual para os casos de PCDs e negros.
15. A convocação pelo TJM-MG será realizada mediante contato telefônico ou e-mail. Serão considerados para convocação os telefones registrados pelo estudante na Ficha de Inscrição do Processo Seletivo, sendo de responsabilidade do estudante manter sempre atualizados os dados cadastrais no banco de dados do CIEE/MG.
16. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE/MG na internet.
17. A aprovação na primeira fase do processo seletivo gera para o estudante apenas expectativa de ser convocado para preencher vaga de estágio, uma vez que se destina à formação de cadastro reserva, ficando a concretização desse ato condicionada ao surgimento de vaga e aprovação na segunda fase do processo seletivo, constituída de entrevista e avaliação de habilidades com execução a cargo da TJM-MG.
18. O resultado será divulgado para os estudantes de nível médio e nível superior, no site do CIEE/MG na internet.
19. O TJM-MG reserva-se ao direito de convocar estudantes em número que atenda às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e à existência de vaga de estágio.
20. O resultado servirá para a formação de cadastro de reserva a ser utilizado pelo TJM-MG, segundo sua necessidade e conveniência para preencher vagas de estágio durante o período de validade do processo seletivo.
21. O processo seletivo terá validade de 12 meses, ou até o final de disponibilidade do cadastro reserva, podendo ser prorrogado a critério do TJM MG. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais – CIEE/MG www.cieemg.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
22. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção.

Boa Sorte!

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE MINAS GERAIS – CIEE/MG
PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO DE ESTUDANTES NO PROGRAMA DE
ESTÁGIO REMUNERADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS
DIREITO E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa em que a palavra está escrita corretamente segundo a ortografia oficial

- A) Exceção – Conjeito – Enjenuidade
- B) Exceção – Conceito – Ingenuidade
- C) Excessão – Conceito – Ingenuidade
- D) Exceção – Comceito – Ingenuidade

QUESTÃO 02

Assinale a frase cuja palavra destacada está grafada de acordo com a norma padrão.

- A) O aluno fez uma **pesquiza** sobre meio ambiente.
- B) A professora pediu que todos **troussecem** o material.
- C) O diretor tomou uma decisão **precipitada**.
- D) O resultado foi **imprecionante** para a equipe.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta.

- A) Os alunos chegou cedo para a prova.
- B) Faltam três livros para completar a coleção.
- C) A diretora e a coordenadora decidiu adiar a reunião.
- D) Existe muitos motivos para comemorar

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa em que a concordância nominal está correta.

- A) A aluna estava meio cansadas após a aula.
- B) As tarefas estavam fácil de resolver.
- C) As crianças ficaram contentes com a surpresa.
- D) Os relatórios foram entregues rápido pelo estagiário.

QUESTAO 05

Texto para as questão 05 e 06.

“A leitura é uma das ferramentas mais importantes para a construção do conhecimento. Por meio dela, o leitor amplia sua visão de mundo, enriquece o vocabulário e desenvolve a capacidade crítica. Por isso, incentivar o hábito de leitura desde cedo é essencial para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para os desafios.”.

De acordo com o texto, por que é importante incentivar a leitura desde cedo?

- A) Porque a leitura torna os cidadãos mais conscientes e preparados.
- B) Porque a leitura impede o acesso a novos conhecimentos.
- C) Porque ler é uma obrigação escolar.
- D) Porque os jovens preferem atividades digitais.

QUESTÃO 06

Ainda com base no texto da questão 05, qual é uma das consequências do hábito de leitura?

- A) Diminuição da capacidade crítica.
- B) Restrição da visão de mundo.
- C) Ampliação do vocabulário.
- D) Redução da criatividade.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa em que o uso da crase está correto.

- A) Chegarei à tarde para a reunião.
- B) O aluno entregou o trabalho à seu professor.
- C) Ela foi à pé para o trabalho.
- D) Assistiremos à novos projetos amanhã.

QUESTÃO 08

No trecho: “Os alunos fizeram a atividade, mas eles não entenderam todas as questões”, o pronome eles refere-se a:

- A) Às questões
- B) Aos alunos
- C) À atividade
- D) À professora

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa em que o pronome está corretamente empregado.

- A) “Maria viu Ana e falou que a chamou mais cedo.”
- B) “Pedro entregou o trabalho para Carla e pediu para ela revisar.”
- C) “O carro bateu no poste e lhe ficou danificado.”
- D) “Os meninos foram avisados, mas os não ouviram.”

QUESTAO 10

Assinale a alternativa em que todas as palavras destacadas são substantivos.

- A) A **criança** brincava no **quintal** com seu cachorro.
- B) O **aluno corre** todos os dias pela manhã.
- C) A **professora** pediu **para** estudar o conteúdo.
- D) Eles **chegaram** cedo à **reunião**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

Acerca da Lei nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos – analise as situações indicadas a seguir.

- I. Compras por encomenda e locação.
- II. Concessão e permissão de uso de bens públicos.
- III. Alienação e concessão de direito real de uso de bens; e contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- IV. Prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; e obras e serviços de arquitetura e engenharia.

Podemos afirmar que a Lei nº 14.133/21 deverá ser aplicada nas situações:

- A) I II III e IV.
- B) I e II apenas.
- C) II e III apenas.
- D) I III e IV apenas.

QUESTÃO 12

A Lei nº 9.784/1999 estabelece que a Administração Pública deve obedecer a diversos princípios, dentre os quais o da motivação. Considerando o dever de motivação no processo administrativo, analise as afirmativas:

- I. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, sendo dispensada a motivação nos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão.
- II. A motivação das decisões administrativas deve ser explícita, clara e congruente, sendo vedada a sua realização por meio de declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores.
- III. Os atos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses dos administrados, bem como aqueles que imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções, exigem obrigatoriamente a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a decisão.

Está correto o que se afirmar em:

- A) I e II apenas.
B) I e III apenas.
C) I II e III.
D) III apenas.

QUESTÃO 13

As normas para compra, locação, alienação e concessão de direito real de uso de bens por licitação e contratação para as administrações públicas direta, autárquica e fundacional estão previstas na Lei nº 14.133/2021. Marque a alternativa correta:

- A) A concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais, cujo critério de julgamento é, obrigatoriamente, o menor preço.
- B) O termo de referência, documento necessário para contratação de bens e serviços e cuja elaboração faz parte da fase preparatória do processo de licitação, deve conter, entre outros, a definição do objeto, sua natureza, os quantitativos e o prazo do contrato.
- C) O pregão, a concorrência, o leilão, o diálogo competitivo e a carta-convite são modalidades de licitação.
- D) A licitação é inexigível para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 para obras, serviços de engenharia ou manutenção de veículos automotores.

QUESTÃO 14

Sobre o regime jurídico dos agentes públicos, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- A) Caso se comprove que o servidor público atuou em desvio de função, não fará jus à diferença salarial correspondente.
- B) Os servidores ocupantes de cargo em comissão se submetem à regra da aposentadoria compulsória por idade prevista na Constituição Federal.
- C) Servidores temporários fazem jus ao décimo-terceiro salário e às férias remuneradas, não podendo a lei ou o contrato excluírem o direito ao recebimento dessas verbas.
- D) As hipóteses excepcionais autorizadas de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, à existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal.

QUESTÃO 15

A Lei Maria da Penha - 11.340/2006, representa um marco na luta contra a violência doméstica e familiar contra a mulher. Sobre as formas de violência previstas na lei, analise as afirmativas a seguir:

- I. A violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e recursos econômicos.
- II. A violência moral abrange qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- III. A violência processual, caracterizada pela manipulação de processos judiciais para prejudicar a mulher, é a única forma de violência reconhecida e punida pela lei.

Está correto o que se afirma em:

- A) I apenas.
- B) II e III apenas.
- C) I e II apenas.
- D) I II e III.

QUESTÃO 16

O crescimento da importância da jurisprudência como fonte do direito e o papel criativo da atividade jurisdicional nos últimos anos são inegáveis. Levando em conta a jurisprudência dos tribunais superiores e as normas legais, é correto afirmar que:

- A) O Código de Processo Civil de 2015 instituiu um microssistema de tutela dos casos repetitivos, formado pelas decisões do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e do recurso especial e extraordinário repetitivo, decisões estas que constituem precedentes vinculantes e que podem decidir questões de direito material ou processual.
- B) Cabe reclamação para o STJ objetivando garantir a observância dos seus precedentes vinculantes.
- C) O overruling (superação) dos precedentes qualificados ou vinculantes em nosso ordenamento jurídico terá sempre efeito prospectivo, aplicando-se apenas aos casos futuros.
- D) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos deverá ser precedida de audiências públicas e da participação obrigatória de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.

QUESTÃO 17

Uma das novidades do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) foi a instituição de uma Parte Geral, cujo primeiro capítulo trata das Normas Fundamentais do Processo Civil. Sobre as Normas Fundamentais do Processo Civil, é correto afirmar que:

- A) Os princípios da Cooperação, da Lealdade e da Boa-fé Processual passaram a ser expressamente previstos no CPC/2015; contudo, como normas programáticas, não há sanção específica para sua ofensa.
- B) O conceito moderno de Justiça Multiportas é a aceitação da existência de um sistema de Justiça que não se pauta exclusivamente no Poder Judiciário estatal, aceitando também a arbitragem, a mediação e os cartórios extrajudiciais como vetores de solução de conflitos, na forma da Resolução nº 125/2010 do CNJ e da Resolução nº 350/2020 do CNJ.
- C) O princípio que rege a aplicação da norma processual no tempo é o do isolamento dos atos processuais, segundo o qual a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados atos praticados e situações jurídicas consolidadas, salvo se puderem prejudicar as partes.
- D) A busca por soluções autocompositivas é valor expressamente reconhecido pelo CPC/2015, devendo ser estimulada por juízes, advogados, defensores públicos e membros do MP, inclusive no curso do processo, e é inteiramente compatível com o princípio da inafastabilidade da jurisdição.

QUESTÃO 18

Selecione a alternativa que apresente corretamente um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

- A) Solução pacífica de controvérsias.
- B) Pluralismo étnico.
- C) Bem-estar social.
- D) Cidadania.

QUESTÃO 19

O art. 4º da CF dispõe que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por determinados princípios. Dentre esses princípios, estão:

- A) Concessão de asilo político, repúdio ao terrorismo e ao racismo e erradicação da pobreza e da marginalização.
- B) Prevalência dos direitos humanos, garantia do desenvolvimento nacional e não-intervenção.
- C) Concessão de asilo político, independência nacional e construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- D) Prevalência dos direitos humanos, solução pacífica dos conflitos e não-intervenção.

QUESTÃO 20

A Constituição Federal prevê que são órgãos do Poder Judiciário:

- I.** Os Tribunais e Juízes Militares.
- II.** O Conselho Nacional de Justiça.

III. O Superior Tribunal de Justiça.

IV. Os Tribunais de Contas

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) I II e III.
- b) I II e IV.
- c) II e III.
- d) II III e IV.

QUESTÃO 21

Segundo o artigo 1º, da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil se constitui em:

- A) Estado Republicano de Política.
- B) Estado Democrático de Direito.
- C) Estado Social Republicano.
- D) Estado Liberal de Justiça.

QUESTÃO 22

Sobre a pena de morte prevista no Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que:

- A) Execução da pena se dará por enforcamento, se o condenado for civil.
- B) O civil condenado será executado, trajado de uniforme comum e sem insígnias.
- C) O militar condenado será executado por fuzilamento.
- D) Há previsão de sua aplicação em tempos de paz.

QUESTÃO 23

O inquérito policial militar (IPM) é um procedimento administrativo que tem por finalidade a apuração sumária de fato que configura crime militar e de sua autoria. O Sargento PM Tício foi designado como escrivão de um IPM que apura suposto cometimento do crime militar.

A fim de inteirar-se sobre o assunto, Tício consultou o Código de Processo Penal Militar, e aprendeu que

- A) O IPM é iniciado mediante despacho de instauração.
- B) O IPM tem caráter de instrução definitiva.
- C) A autoridade militar poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- D) O inquérito deverá terminar dentro em vinte dias, se o investigado estiver preso.

QUESTÃO 24

Segundo o Código Processual Penal Militar, o inquérito policial militar é iniciado mediante:

- A) Decreto, em virtude de requisição do Ministério Público e por decisão do Superior Tribunal Militar.
- B) Resolução, quando, de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar, resulte indício da existência de infração penal militar.
- C) Portaria de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição haja ocorrido a infração penal, atendida a hierarquia do infrator.
- D) Autorização por delegação da autoridade militar superior. Em caso de urgência, poderá ser feita via telegráfica e confirmada, posteriormente, por ofício.

QUESTÃO 25

Complete corretamente a frase conforme o Art. 34 do Código de Processo Penal Militar:

"O direito de ação é exercido pelo _____, como representante da lei e fiscal da sua execução, e o de defesa pelo _____, cabendo ao _____ exercer o poder de jurisdição, em nome do Estado."

Assinale a alternativa correta:

- A) Ministério Público; acusado; juiz.
- B) Juiz; Ministério Público; acusado.
- C) Acusado; Ministério Público; juiz.
- D) Ministério Público; juiz; acusado.

QUESTÃO 26

Se houver Casos Omissos no Código de Processo Penal Militar, esses casos serão supridos:

- A) Pela decadência ou prescrição da legislação penal, sem prejuízo da índole do processo penal comum.
- B) Pelos costumes civis.
- C) Pela prescrição do delito exclusivamente militar de punir em tempos de paz e de guerra.
- D) Pela legislação de processo penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar.

QUESTÃO 27

Considera-se praticado o crime militar no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado. No arcabouço do Direito Penal Militar, a teoria que exclusivamente corresponde a tal conceito está corretamente vaticinada apenas em:

- A) Teoria da ubiquidade.
- B) Teoria da atividade.
- C) Teoria mista.
- D) Teoria do resultado.

QUESTÃO 28

Considerando o disposto no Código Penal Militar (CPM), é INCORRETO afirmar que, em tempo de paz, consideram-se crimes militares os previstos no CPM, quando praticados por.

- A) Militar da ativa contra militar na mesma situação.
- B) Militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva ou reformado ou contra civil.
- C) Civil contra militar, ainda que fora de local sujeito à administração militar.
- D) Militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva ou reformado ou contra civil.

QUESTÃO 29

De acordo com o Art. 55, as penas principais previstas são:

- I) morte;
- II) reclusão;
- III) detenção;
- IV) prisão;
- V) impedimento.

Assinale a alternativa correta:

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Estão corretos apenas os itens I, II, III e IV.
- C) Estão corretos apenas os itens II, III e IV.
- D) Estão corretos apenas os itens I e II.

QUESTÃO 30

Segundo o Código Penal Militar, no art. 98, uma das Penas Acessórias é a(o):

- A) Perda do posto ou perda da patente temporariamente.
- B) Indignidade para o oficialato ou a incompatibilidade com o oficialato.
- C) Adição da função pública, ainda que eletiva
- D) Usurpação dos poderes políticos.